

**Parecer nº 100/97**

Data: 1997.10.22

Processo nº 247

**Reclamante:** Joaquim Alves Pereira

**Entidade reclamada:** Câmara Municipal do Porto

**I - Os factos**

1. Joaquim Alves Pereira, em representação da empresa “AP de Artes Gráficas, Lda.,” solicitou à Câmara Municipal do Porto o conjunto documental que refere no ponto 4 do seu último pedido de parecer, entrado na Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) a 17.07.97, sob a epígrafe “Do Primeiro Pedido de 26/Fevereiro/97”. Sobre esta recusa de acesso, deu-lhe a CADA parecer favorável em 24.7.97.
2. Posteriormente, empresa e Câmara Municipal chegaram a um acordo indemnizatório referente à rescisão unilateral do contrato a que se reportam os documentos anteriormente indicados, acordo em que a empresa “renunciava a, ou desistia de, quaisquer acções ou procedimentos - perante quaisquer entidades ou instâncias - relacionadas com o caso em apreço”.
3. Por carta de 25.6.97, dirigida ao advogado da Câmara, Joaquim Alves Pereira:
  - a) manifesta a intenção de manter o pedido de acesso referente ao acervo documental ligado ao caso, objecto do anterior pedido recusado;
  - b) acrescenta o pedido de novos documentos, agora também os viabilizadores ou referentes ao próprio acordo indemnizatório e pagamento efectuado com cheque pessoal do advogado da Câmara: parecer do advogado, despacho

homologatório do presidente e comunicação interna do pagamento à contabilidade.

4. Por requerimento, entrado na CADA a 17.7.97, o reclamante vem não só “reclamar” da recusa quer dos pedidos de documentação a que se reporta o ponto 1 quer dos formulados em 25.6.97, como fazer um novo pedido (documentos contabilísticos internos do pagamento feito em 19.6.97).

## **II - Tudo visto, importa destacar o seguinte:**

- a) Em relação ao acervo documental pedido em 26.2.97, constata-se que, apesar do parecer favorável da CADA, a Câmara manteve a sua recusa de comunicação, pelo que ao interessado só restaria a via impugnatória junto do TAC do Porto, sendo certo que o papel da CADA se havia esgotado com o referido parecer;
- b) Em relação ao pedido efectuado em 26.6.97 e dirigido ao advogado da Câmara Municipal, independentemente da questão de saber se o requerimento foi bem ou mal dirigido, constata-se que em 17.7.97, data da entrada da reclamação em apreço, ainda não havia decorrido o prazo fixado na LADA para efeitos de “reclamação” para a CADA em face do silêncio da Administração, pelo que a CADA não se deve pronunciar;
- c) Em relação ao pedido de acesso a novos documentos camarários feito à CADA, como não se trata de documentos nominativos de terceiro, esta Comissão só deve pronunciar-se em fase posterior à tomada de posição expressa ou tácita, por parte da Câmara Municipal, pelo que o interessado deve dirigir-se directamente a esta entidade, fazendo o pedido em causa, e só depois reclamará, se for caso disso.

### **III - Conclusão**

A CADA delibera não se pronunciar sobre o acesso a nenhum dos documentos indicados na reclamação em análise, ou porque já se pronunciou ou porque ainda não é o momento para o efeito.

Com isto não se pretende pôr em causa o direito de acesso, mas os procedimentos legais para o seu exercício ou para o ver reconhecido.

Na verdade, esta deliberação não se fundamenta em a empresa ter feito com a Câmara um acordo em relação ao litígio em causa ou em o reclamante ou outro qualquer cidadão estarem impedidos, em face desse acordo, de aceder aos documentos indicados (os objectivos de atribuição de um direito de acesso a documentos detidos pela Administração têm que ver com o interesse público da transparência e eficácia da actividade administrativa, que exige o direito de livre fiscalização dos cidadãos previsto na LADA), mas apenas porque, apesar do direito que lhe assiste, quer em representação da empresa quer a título pessoal, o reclamante devia aguardar uma recusa expressa ou tácita da Câmara Municipal, antes de pedir parecer à CADA.

Lisboa, 22 de Outubro de 1997

*Silva Marques (Relator) - José Magalhães - Narana Coissoró - João Figueiredo - Vasco Almeida – José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).*